

INTERPELAÇÃO ORAL

Direitos e interesses dos funcionários públicos da camada de base, subcontratação na Função Pública e emprego dos trabalhadores locais

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Caros Colegas:

Os funcionários públicos da camada de base e dos cargos inferiores enfrentam há longo tempo problemas como remunerações baixas, excesso de trabalho, distribuição desigual de tarefas e regalias desactualizadas. Mais, verifica-se o envelhecimento da força de trabalho na Função Pública, insuficiência na reposição dos efectivos, bem como a sucessiva subcontratação dos diversos serviços públicos e o aumento da participação de trabalhadores não residentes, o que reduz o espaço de emprego para os residentes locais e agrava as pressões de trabalho e de vida dos trabalhadores da camada de base, merecendo da parte do Governo uma análise séria e uma revisão para optimização.

Os pontos salariais dos funcionários da camada de base e da linha de frente são geralmente baixos, os processos de recrutamento e as actualizações salariais na Função Pública estão sempre estagnados, mas a carga de trabalho continua a aumentar. Muitas tarefas detalhadas, como o ajustamento da formatação de documentos, do tipo de letra e do espaçamento, que anteriormente cabiam a técnicos superiores, passaram progressivamente para os funcionários de cargos inferiores, criando uma situação em que cargos superiores têm poucas responsabilidades, enquanto cargos inferiores assumem tarefas excessivas. Isto resulta numa desproporção entre esforço e remuneração, afectando o entusiasmo da equipa no desempenho das suas funções.

Nos últimos anos, o âmbito da subcontratação na Função Pública esteve

sempre a ser alargado. Os postos logísticos em cozinhas e armazéns já foram totalmente subcontratados, e as funções de apoio no tratamento de documentos, ou como motoristas, assistentes de enfermagem, recepcionistas e relações públicas também passaram a ser progressivamente integradas na subcontratação. A maioria dos projectos de subcontratação recorre a trabalhadores não residentes, não por falta de interesse dos residentes locais, mas, sim, devido à contracção contínua dos postos de trabalho na Função Pública, o que afecta directamente as oportunidades de emprego para os residentes.

Assim sendo, interpele sobre o seguinte:

Primeiro, a inflação está em constante aumento, os salários dos trabalhadores da camada de base estão sempre congelados, os seus rendimentos são fixos e não podem acumular funções, mas têm de assumir uma grande quantidade de tarefas passadas dos cargos superiores, tornando evidente a desproporção entre o trabalho prestado e a remuneração. Vai o Governo rever o mecanismo remuneratório para os trabalhadores da camada de base, ajustando de forma proporcional e razoável os salários segundo os cargos, corrigindo a injustiça na distribuição do trabalho e garantindo os direitos legítimos dos funcionários públicos dos cargos inferiores?

Segundo, os diversos postos de trabalhos na Função Pública passaram a ser alvo de subcontratação, com muitos trabalhadores não residentes e pessoal temporário a serem contratados. Na área da saúde, há contratação externa em vez de aproveitamento dos talentos locais, o que comprime o espaço de emprego para os residentes. Vai o Governo rever de forma abrangente a política de subcontratação, suspender as subcontratações não necessárias, priorizar a contratação dos residentes e quadros qualificados locais, e apresentar com clareza os actuais planos de subcontratação na Função Pública, bem como os dados do pessoal envolvido?

Terceiro, as equipas da camada de base estão envelhecidas, o pessoal é

insuficiente e a definição de funções é ambígua, sendo comum a transferência de tarefas entre postos. Vai o Governo otimizar o regime de gestão dos trabalhadores da camada de base, recorrer à introdução de regimes flexíveis de reforma e à contratação dos jovens locais, para atenuar o problema do envelhecimento e melhorar, ao mesmo tempo, os mecanismos de definição de funções e de supervisão da carga de trabalho, para resolver o problema de sobrecarga dos funcionários, reforçar o moral da Função Pública e melhorar a qualidade dos serviços prestados?

27 de Junho de 2026

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Chan Hao Weng